

Reversibilidade e irreversibilidade. Vicissitudes da relação familiar e analítica

JOÃO SEABRA DINIZ (*)

A compreensão psicológica profunda de um indivíduo não pode fazer-se sem a compreensão da sua própria história. E a sua história explica-se por um conjunto de circunstâncias externas e pelas relações que com elas vão sendo estabelecidas pelo sujeito — «encontros» que se vão fazendo e que, alguns deles, constituem acontecimentos fundamentais e decisivos. Antes de mais, está a relação vivida desde o princípio com as figuras primárias, as dos progenitores, de início quase só a da mãe, ou de quem desempenha a sua função. São estas interacções — físicas e fantasmáticas — que permitem ao ser humano tomar consciência de si próprio, situar-se e compreender-se no seio de uma relação que se apresenta como um dado de facto primordial, sem a qual o indivíduo não subsiste e não evolui, e cuja complexidade vai sempre crescendo, numa diferenciação cada vez maior.

Estas experiências dos primeiros tempos de vida vão constituir os elementos de base da futura organização da personalidade, sendo decisivas para a vivência que a pessoa terá de si própria e do mundo, e para a maneira como ela se colocará nas situações, agirá e reagirá.

Nesta perspectiva, a compreensão profunda das relações familiares primárias revela-se de uma riqueza que parece inesgotável para a compreensão do homem e das sociedades por ele formadas e organizadas. Perceber o que é uma mãe, o que é um filho, o que é um pai, como eles se relacionam e interagem, é um desafio fascinante que se coloca a todo o ser humano que quiser compreender-se a si próprio e à história da cultura.

Até aqui servi-me de um texto escrito por mim há já alguns anos, porque o tema que sugeri para o nosso encontro de hoje tem uma história já longa. Exigências do meu trabalho profissional fizeram-me contactar regularmente com crianças e adolescentes que, por carências várias ou mesmo ausência da sua família de origem, tinham de ser confiadas a famílias substitutivas ou a instituições, que os tomavam a seu cargo de forma estável e, por vezes, mesmo definitiva. Algumas destas crianças, devido a particulares circunstâncias, podiam ser encaminhadas para famílias que as desejavam adoptar, entrando assim num regime especial, com uma situação jurídica precisa que nas outras situações faltava.

Uma pergunta que de muitos lados me chegava e que eu próprio começava por fazer

(*) Psicanalista.

a mim mesmo, pode formular-se assim: — Será que os filhos adotivos em cuja história há duas famílias terão possibilidade, no seio da sua nova família, de fazer uma evolução semelhante à que fazem os filhos naturais na sua única família? Isto equivalia a perguntar se existe alguma patologia regularmente ligada à situação de adopção, coisa que de momento eu não via verificar-se e que, portanto, me repugnava admitir. Mas não podia deixar de observar que muitos especialistas da área da saúde mental infantil, ou com intervenção no campo social das relações familiares, tendiam a actuar como se tal situação devesse considerar-se um caso à parte, portanto ser objecto de um tratamento especial.

Antecipo desde já a posição que então eu tomava e que continuo a considerar correcta: os filhos adoptados em baixa idade não têm especiais problemas, se os pais adoptivos também os não tiverem, porque nesse caso se verão confrontados com uma situação fantasmática substancialmente semelhante às dos filhos nascidos e criados na sua família de origem. As atitudes discriminatórias por parte dos técnicos intervenientes nos casos deverão provavelmente ser entendidas como resistências perante as dificuldades pessoais que lhes são levantadas por aquela situação particular.

Continuando a reflectir no problema, era a constelação fantasmática dos pais que me parecia e parece decisiva na situação, porque vai condicionar fortemente a evolução fantasmática do filho e, portanto, decidir da qualidade do seu processo evolutivo.

Muito diferentes se apresentavam as situações em que a criança era apenas recebida num ambiente familiar que não era o seu, por um período de tempo mais ou menos longo, mas em que não se punha o problema da interrupção da ligação com a sua família natural a favor da constituição de um vínculo jurídico estável com os seus «novos pais», como no caso da adopção. Esta situação, que era em princípio considerada como

portadora de menores problemas, cedo me começou a aparecer como muito mais complicada ou geradora de mais grave patologia.

Frequentemente, ouvi fazer apelo a que estas famílias ditas de acolhimento deveriam realizar de facto uma adopção psicológica, para poderem aproximar o mais possível a sua acção educativa da da família adoptiva.

Poderá talvez surpreender à primeira vista, mas a experiência foi-me levando a pensar que não se organiza o vínculo de adopção psicológica — salvo talvez em algumas situações excepcionais — se este não é acompanhado pelo vínculo jurídico definitivo estabelecido por uma sentença do magistrado. Vínculo irreversível, como é estabelecido no caso do direito português apenas na adopção plena, que por isso considero aquela que se deve sempre promover, a menos que por lei não seja possível ou existam circunstâncias muito particulares que aconselham recorrer à adopção restrita. Estas últimas são quase sempre relativas à salvaguarda de direitos sucessórios e só se levantam para uma pequeníssima minoria de crianças.

O termo «irreversível» foi-me fornecido num desabafo espontâneo de uma mãe de quatro filhos: «Ter um filho é a coisa mais irreversível na vida de uma pessoa» — dizia. Esta frase brotava profundamente da sua experiência pessoal. Uma experiência de felicidade, de cansaço, de decepção, de inquietação? Um pouco de tudo isso, ligando-se às expectativas de futuro, que no caso concreto se podia até anteceder como satisfatório. E a palavra *irreversível* marcava decisivamente toda aquela complexa vivência. Isto deu-me que pensar. As observações que fiz a seguir foram marcadas por essa afirmação e fui podendo verificar como ela era penetrante. Sem romantismos nem pessimismos, ela foi-me permitindo organizar uma grande quantidade de dados da experiência.

Hoje, penso que uma parte considerável do que acontece entre pais e filhos depende da maneira como eles encaram e vivem essa

irreversibilidade. Refiro-me a todos, porque se inicialmente esse problema só aos pais se coloca na sua forma explícita, tempo virá em que também aos filhos aqueles pais irão aparecer como «irreversíveis». Direi mesmo, *terão* que aparecer como irreversíveis.

A questão joga-se ao nível das várias crises evolutivas entre poder ou não poder aceitar, no âmbito da inevitável ambivalência afectiva, os pais que se têm e os filhos que se têm. O problema poderá ter ramificações em todos os sentidos e evoluções muito variadas, que é interessante seguir nos casos individuais, designadamente no que diz respeito à organização da identidade, de um projecto de vida e do tipo de defesas mais ou menos adaptadas que se utilizam. Mas, na minha perspectiva aqui, interessa especialmente considerar essa «irreversibilidade» como um dos elementos indispensavelmente constitutivos de uma relação de paternidade e filiação a que possa chamar-se normal.

Essa irreversibilidade não deve ser uma condenação ou um castigo, mas uma possibilidade de evolução dinâmica de ambas as partes, numa troca mutuamente enriquecedora, marcada pela autonomia progressiva do filho. Quando atingida, a autonomia adulta é vivida como termo da educação e da relação de dependência, o tempo dos «filhos criados», mas não da dissolução do vínculo, que se mantém irreversível como memória e como experiência estruturante. Inapagável do passado de cada um.

Todos nós sabemos que não é fácil conviver intimamente, diariamente, com alguém, durante muito tempo. E, no entanto, as relações de amor organizam-se habitualmente baseadas no desejo da sua estabilidade e a partir da convicção de que será possível fazer durar o que na actualidade é sentido como bom.

Quando os namorados trocam promessas de fidelidade, não estão a pensar que assumem um compromisso cujo cumprimento poderá de alguma maneira vir a revelar-se difícil, mas procuram apenas assegurar a

posse de um bem a que julgam estar ligada a felicidade. E isso a partir da garantia que o outro lhes dá, pela promessa feita, de que vai manter o investimento afectivo que cada um imagina e/ou percebe existir na outra parte, e manter a disponibilidade a deixar-se atribuir os papéis cujo desempenho dele se espera, a ser o suporte das projecções que nele se fazem.

Nesta troca, entrecruzam-se e eventualmente entrechocam-se as histórias de cada um, os desejos e os projectos.

Do maior ou menor grau de realismo existente nesta relação, sobretudo quanto à capacidade de ver o que o outro realmente é e sente, e, portanto, quanto ao que ele será efectivamente capaz de dar, depende a qualidade e a quantidade do prazer dado e recebido no contacto, e assim a estabilidade da relação.

A intensidade do desejo tal como é vivido, porém, não nos informa, em si mesma, sobre a sua qualidade e possibilidade de satisfação afectiva. A ilusão permeia os afectos que parecem mais límpidos. Esta ilusão pode levar a juntarem-se pessoas que de modo nenhum serão capazes de conviver, tal como leva a desejarem ter filhos algumas pessoas que não têm capacidade de estabelecer com eles uma relação parental minimamente aceitável.

Se quisermos compreender as coisas, é indispensável não esquecer que a ideia e o desejo de ter um filho deve ser vista na sua relação dinâmica com o desejo e a possibilidade de viver uma relação amorosa adulta de nível genital.

Não é certamente por acaso que as histórias tradicionais, ou de fadas, terminam habitualmente com a expressão: «Casaram, foram muito felizes e tiveram muitos meninos». Igualmente é um facto de fácil observação que o que torna palpantes grande parte dos romances ou mesmo as mais banais telenovelas que apaixonam grandes sectores do público é, afinal, saber quem casa com quem e quando é que isso acon-

tece. Quer dizer, saber como é que se passa da situação de filho e do isolamento afectivo próprio da infância, e mesmo da adolescência, para uma situação de realização afectiva e sexual, tal como é imaginada a situação dos pais. E essa possibilidade de fazer como os pais fizeram — ou, mais frequentemente, *melhor* do que eles fizeram, fantasia que corresponderia à vitória sobre a humilhação numa situação dolorosamente vivida como subalterna e secundarizada — inclui a presença de filhos. Se assim não fosse, o próprio sujeito do desejo e da fantasia — sujeito pensante, qualquer que ele seja — não teria existido. Ou não será verdade que a primeira vivência e explicação que cada um tem de si próprio é a de ser filho de alguém?. Importa, no entanto, não esquecer que essa vivência tem dois níveis, completamente distintos quanto à sua natureza, mas que tendem a convergir numa unidade dinâmica. O primeiro, no sentido genético, é a experiência dos cuidados, do envolvimento e do afecto, a experiência primordial da relação materna primária, que a pouco e pouco se alarga da forma que hoje sabemos, até incluir o pai, e os outros membros da família e o ambiente social alargado em que esta se encontra inserida. O segundo nível não é uma relação fisicamente vivida, mas uma experiência emocional altamente complexa, vivida em fantasia e organizada segundo o modelo do fantasma da cena primitiva, que inclui a diferença dos sexos e dá uma explicação para a relação entre os pais e para a presença de bebés na família.

Com efeito, poderemos não ter filhos, mas pais tivemos com certeza. Pais fecundos. É por isso que, uma vez que existimos, poder ser como os pais é a primeira concepção da felicidade e inclui a possibilidade de ter filhos. A distanciação ou o contra-investimento deste desejo implica já a acção de vários mecanismos bastante complexos, mas que, em princípio, se relacionam ainda com a problemática de poder, ou não, ser igual aos pais.

Em princípio, pois, o facto biológico da concepção de uma criança deveria corresponder ao facto psicológico do desejo de ter um filho e à capacidade de com ele estabelecer uma relação parental. Mas sabemos que muitas vezes isso não acontece e que estes níveis se encontram separados com demasiada frequência. Para a saúde mental do filho é necessário que entre o nível biológico e o nível afectivo possa haver uma certa correspondência que permita uma caminhada em comum.

Em todos os casos, porém, mesmo nos bons, a realidade vivida fica sempre aquém do desejo idealizado e impõe uma negociação que tem os seus momentos de crise.

Era indispensável lembrar estas ideias para situar melhor o que pretendo dizer, pois que é ao nível dessas crises, normais no processo evolutivo de uma família, que se manifesta aquilo a que chamei a irreversibilidade das relações familiares. Quer aos filhos quer aos pais, a insatisfação surgirá, inevitavelmente. Nem sempre da mesma maneira nem com a mesma intensidade, mas surgirá. Porque deste longo processo evolutivo e maturativo fazem parte os bons e os maus aspectos, os ligados à idealização e os que trazem a decepção, os momentos ternos, os momentos agressivos, a colaboração e a competição, o prazer da dependência e a angústia que leva a lutar pela autonomia, o sim e o não, os conflitos e as reconciliações, delicadezas comoventes e cruéis ajustes de contas. Tudo isto em grau variável e em alturas diferentes, repetidamente, muitas vezes dolorosamente, fará parte da história normal de uma família normal. Mas não poderá ser bem vivido e bem ultrapassado se os membros dessa família não se souberem ligados uns aos outros para toda a vida, para o bem e para o mal. Isso é que garante o sentimento de pertença e a construção da identidade familiar. Isso é que fará o filho pensar — e também os pais e os outros irmãos — ao atenuar-se a crise: «Apesar de tudo, esta é a minha casa e eles são a minha gente.»

Conforme os conflitos activos em cada momento, assim se organizam vários tipos de fantasias defensivas de que o romance familiar, nas suas várias versões, é talvez a mais eloquente. Ele mostra que a aceitação da irreversibilidade afinal é difícil. Os filhos que sempre viveram na sua família de origem têm necessidade por vezes de imaginar que essa irreversibilidade não existe e criar em fantasia uma família mais a seu gosto.

O texto de Freud sobre o Romance Familiar apareceu pela primeira vez, sem qualquer título, inserido na obra de Otto Rank (1908), intitulada «*Le Mythe de la naissance du Héros*». Rank concluiu do seu estudo que a história do nascimento e juventude dos heróis de povos muito diferentes e afastados uns dos outros no tempo e no espaço apresenta um conjunto de características muito semelhantes, que permite a construção de uma lenda-tipo, em que todos se enquadram.

Conclui o autor que «em todos estes mitos as relações normais entre o herói, o seu pai e a sua mãe aparecem igualmente como que perturbadas».

Verificada esta semelhança que não deixa de ser impressionante, resta encontrar a razão que a pode explicar. Esta deverá ser procurada na fantasia dos povos que teria sempre qualquer coisa de comum que os levaria a buscar num mesmo sentido a solução para um mesmo problema. É como explicação desta dinâmica inconsciente que surge o estudo de Freud, que suponho suficientemente conhecido para me dispensar de o apresentar aqui.

Gostaria, no entanto, de chamar a atenção para a semelhança que a lenda-tipo de Otto Rank apresenta com muitos dos contos tradicionais infantis, onde aparece com frequência a fantasia de adopção — podemos dizer a palavra sem medo — ou outra equivalente, com a função de atenuar ou tentar resolver alguns problemas fundamentais do mundo infantil.

Recordem-se os casos de príncipes abandonados, educados por camponeses e mais

tarde restituídos à sua primitiva condição, os sofrimentos causados pela madrasta depois do desaparecimento da boa mãe e que, mais tarde, são compensados pelo casamento com o príncipe, a frequência com que a fada madrinha vem resolver magicamente as frustrações e desilusões vividas com os pais reais. Na continuidade deste movimento pode também ser visto, segundo me parece, a componente um pouco delirante dos planos de vida feitos pelos adolescentes e jovens. Eles vão sempre ultrapassar brilhantemente as dificuldades da vida real, que os adultos da sua família não souberam resolver. Descoberta a solução que os outros não viram, sonham com uma vida futura brilhante, fácil e agradável, sem as limitações a que os seus pais estão sujeitos. É uma outra forma de se imaginarem «de condição diferente», com qualidades e recursos superiores. Mais uma vez a semelhança dos problemas que se apresentam explica a semelhança das soluções que se procuram.

Percebe-se agora melhor a razão que me levou a afirmar atrás que as crianças adoptadas em baixa idade, mesmo tendo conhecimento da sua história real, não se encontram confrontadas com uma situação fantasmática fundamentalmente diferente da das outras crianças, desde que os pais não introduzam, pela sua parte, elementos particularmente conflituais. E este é precisamente um dos pontos delicados.

Todos estão, afinal, confrontados com um romance familiar semelhante, que se revela assim um exemplo claro do papel e função das fantasias, e da sua importância no estabelecimento da ligação entre as pulsões e as representações mentais. Permite a clivagem entre os bons e os maus pais, atenua a culpabilidade ligada com a agressividade dirigida aos pais reais, que se torna menos grave porque eles, segundo essa fantasia, justamente não são verdadeiros pais. Consequentemente, protege dessa agressividade os bons pais idealizados e postos à distância, que garantem a realização da fantasia omnipo-

tente e a continuidade do sonho — reis e rainhas, na maior parte das histórias infantis e dos mitos, permitem o nascimento do herói, com quem se identifica o adolescente em dificuldade. Que tipo de herói ele será, variará evidentemente com as diferentes circunstâncias de tempo e lugar.

Pelo lado dos pais, as decepções que eles próprios não deixam de sofrer, juntamente com esta situação fantasmática dos filhos, tenderá a reactivar o seu próprio romance familiar com os conflitos que lhe estão associados.

Foi aqui que, através das muitas situações com que contactei, pude ir verificando a importância da irreversibilidade das relações familiares, que nas famílias naturais é dada pela solidez do vínculo biológico, de que é tradução a nível jurídico o poder paternal e as outras normas que constituem o direito de família.

Até aqui tenho-me colocado fundamentalmente entre dois pólos, o da família natural normalmente constituída e a da família adoptiva que desta pode, em princípio, aproximar-se, através da sentença do juiz que dá ao vínculo constituído a característica da irreversibilidade.

Mas há depois as situações ditas de Colocação Familiar em que ao Romance Familiar, que é e deve poder manter-se como uma realidade fantasmática, se dá uma tradução na realidade externa, pois a criança está em princípio confrontada com dois pares parentais — os pais naturais e os que desempenham as funções parentais. Entre uns e outros pode haver contactos mais ou menos frequentes.

É claro que só merecem atenção, da perspectiva em que aqui me coloco, as situações em que a substituição dos pais reveste uma certa estabilidade.

Apresentam semelhanças claras com este quadro as situações de crianças «cedidas» para educar e criar a amigos ou familiares próximos dos pais, e que têm sido estudadas por um grupo de Madrid, sob a orien-

tação de José Rallo. Embora se trate quase sempre de casos complicados, temos de reconhecer com estes investigadores que nem todos estes casos de crianças cedidas apresentam o mesmo grau de «malignidade». São tão frequentes no nosso ambiente social que quase passam despercebidos, mas sempre acabam por deixar as suas marcas, como tenho podido verificar em várias análises de adultos.

O problema fundamental parece residir na duplicação das figuras parentais, que assim deixam de ser irreversíveis, impedindo o filho de gozar dos benefícios que lhe adviriam da construção de uma fantasia defensiva do tipo do romance familiar. Este deixa de ser fantasia, porque pode ser actuado na realidade, deixando o filho com todo o enorme peso da «responsabilidade» de uma escolha entre uns e outros — mesmo que essa responsabilidade não exista de facto — e a insuportável culpabilidade ligada aos seus inevitáveis movimentos agressivos contra a parte boa dos pais, que aqui se tornam de facto «os bons pais», contrapostos aos «maus pais», que seriam os outros.

Como sempre acontece, a dificuldade em distinguir bem a realidade da fantasia traz consigo graves complicações, e entre elas a impossibilidade da verdadeira elaboração mental do conflito. A liberdade de fantasiar fica bloqueada se, de repente, essa fantasia parece surgir realizada na vida real.

Diga-se de passagem que é justamente para permitir o livre desenrolar da fantasia que a relação entre analista e analisado se deve rigorosamente limitar ao quadro analítico, excluindo quaisquer outros contactos.

Não se põe em causa a validade nem a necessidade das relações que a criança estabelece com outros adultos para além dos pais. Pode evidentemente haver vínculos afectivos muito profundos e estáveis entre adultos e crianças. Pode haver pessoas que desempenhem bem, em relação a certas crianças, funções maternas ou paternas. Mas não devemos esquecer que desempenhar fun-

ções parentais não é a mesma coisa do que oferecer-se como mãe ou como pai. A mãe e o pai são para sempre, a sua intervenção deve variar com a idade do filho, mas tem que se manter e afirmar durante todo o período evolutivo da vida deste. São os pais representados no fantasma da cena primitiva que garantem a diferença dos sexos e das gerações.

Na relação analítica, todos estes problemas vêm repercutir-se, parecendo também ela apresentar-se, por vezes, como uma relação de substituição a alguém que vem queixar-se das figuras más do seu passado infantil. Todos esses fantasmas podem estar presentes. A grande questão está justamente em que eles apareçam ao analisando, cada vez com maior clareza, como produtos da fantasia, para que possam finalmente ser elaborados, dando-se um novo e melhor destino à energia psíquica que detinham mobilizada por sua conta.

A relação analítica tem justamente de único o facto de ser uma relação real em que tudo se passa ao nível do pensar e do sentir, sem tradução no agir. E é por isso que a tendência a passar ao acto é um dos obstáculos graves que se podem pôr no processo analítico, porque é de novo a confusão entre a fantasia e a realidade, gerando a convicção errada de que uma acção no mundo exterior pode trazer a solução a um problema do mundo fantasmático.

Mas vejamos agora de uma outra maneira, embora com a brevidade que as limitações de tempo nos impõem, as coisas de que até agora tenho falado de forma mais descritiva.

Quando, no fim do que suponho ser o seu último livro, a que chamou *Studies in Extended Metapsychology*, publicado em 1986, Donald Meltzer procura identificar o que o contacto com a obra de Bion trouxera de novo ao seu modo de pensar e de trabalhar, diz-nos, sintetizando: «A nova ideia era claramente qualquer coisa como isto — no princípio era o objecto estético, e o objecto

estético era o seio e o seio era o mundo» (pág. 204). Para além da beleza da ideia e da forma em que está expressa, com toda a solenidade da sua ressonância bíblica, senti-a como particularmente expressiva, porque também eu, há alguns anos atrás e num outro contexto, mas procurando traduzir toda a importância do face-a-face inaugural com a mãe, tinha encontrado a expressão — *a Mãe é o Mundo* — que me parecera corresponder bem ao que eu queria transmitir.

Esta grandeza, esta totalidade, esta *beleza* (para me referir ao conceito de objecto e conflito estético, recentemente apresentado por Meltzer e que me parece promissor de importantes desenvolvimentos), é tudo isto que não deixa de trazer complexos problemas ao bebé em desenvolvimento.

É muito vasta a bibliografia a este propósito, mas esclareço que me situo aqui na linha dos trabalhos fundamentais de Freud, de Melanie Klein e dos seus continuadores. De tudo isso, refiro-me a um ponto só, importante para a ideia que tenho vindo a desenvolver. Espero que o reducionismo seja evitado pela referência a toda esta corrente de pensamento e investigação, onde as ideias que exponho tomam todo o seu verdadeiro sentido.

Citarei algumas frases do ensaio de Melanie Klein, *Envy and Gratitude* (1957), em tradução pessoal:

«A experiência mostrou-me que a complexidade dum personalidade que atingiu a maturidade não pode ser compreendida se não conseguimos compreender o psiquismo do recém-nascido e a seguir o seu desenvolvimento ao longo da vida.»

«Ter feito parte do corpo da mãe durante a gestação contribui sem dúvida para o sentimento inato da criança de que existe, no interior de si, alguma coisa capaz de satisfazer todos os seus desejos. O bom seio assim incorporado passa a fazer parte integrante do eu. A criança que primeiro se encontrava no interior da mãe coloca agora a mãe no interior de si mesma.»

«Às experiências agradáveis juntam-se as inevitáveis queixas que vêm reforçar o conflito inato entre o amor e o ódio, ou, mais radicalmente, o conflito entre os instintos de vida e os instintos de morte, dando assim origem ao sentimento de que existe um bom e um mau seio. A vida afectiva precoce encontra-se então caracterizada pelas sensações de perder e reencontrar o bom objecto!»

«A análise dos nossos pacientes mostra que o bom seio é o protótipo da bondade materna, da paciência e da generosidade inesgotável, bem como da criatividade. São precisamente estes fantasmas e estas necessidades pulsionais que enriquecem o objecto original a ponto de o constituir como o fundamento da esperança, da confiança e da crença no bem.»

Até aqui, Melanie Klein, que passa a estudar os efeitos da inveja sobre a elaboração do bom objecto, inveja que não deixa de atacar o seio, tão cheio de boas coisas, tornando-o num mau objecto persecutório. Define a inveja como «o sentimento de cólera que experimenta um sujeito quando teme que um outro possua alguma coisa de desejável e goze dela; a impulsão invejosa tende a apropriar-se deste objecto ou a destruí-lo».

Ao lermos isto, sentimos como se tornou complicada aquela visão aparentemente pacificante de que o seio é o mundo.

O seio é o bom seio e o mau seio, e, referindo-nos mais directamente ao tema de hoje, diremos que a clivagem dos pais em bons e maus, segundo o esquema do romance familiar, se deve compreender na linha evolutiva da clivagem do objecto primário.

Mas é aqui que Bion e Meltzer nos dão uma ajuda muito importante para a compreensão profunda das razões que podem levar a uma particular patologia, quando à clivagem fantasmática do objecto em bom e mau — que é um processo activo do eu — corresponde uma clivagem real, que é dada

pela existência exterior de duas famílias ou, pelo menos, de duas figuras maternas.

No primeiro caso, o eu cliva-se ele próprio, num processo activo, para unir as suas partes boas às partes boas do objecto por ele clivado, e assim poder libertar-se das suas partes más, expelindo-as para o exterior.

É, afinal, na distinção entre clivagem activa e passiva que poderemos encontrar, a meu ver, uma boa explicação.

Citarei Meltzer, num passo tirado desse livro apaixonante que é *Dream-Life*, numa tradução pessoal. Faço-o com alguma extensão, porque o texto me parece resumir de forma muito clara o que julgo importante dizer aqui.

«No trabalho analítico é de grande importância, no que diz respeito aos processos de clivagem, determinar se o processo é experienciado como activo ou passivo, a fim de podermos avaliar o seu significado evolutivo *versus* patológico para a pessoa. Os processos de clivagem parecem envolver uma clivagem tanto do objecto como do *self*, e o facto de ser activo ou passivo determina o que é clivado primeiro, isto é, se o objecto é clivado, resultando daí uma clivagem do *self*, ou se o *self* é clivado, produzindo uma clivagem do objecto.»

«Quando M. Klein pela primeira vez descreveu os processos de clivagem, e particularmente a clivagem e idealização, afirmou que eles poderiam ter um significado evolutivo ou patológico, conforme o grau de afecto positivo (*gentleness*) *versus* sadismo que os motivava. No entanto, a mim parece-me que o reconhecimento da clivagem passiva, por Bion em especial, é um avanço muito mais recente que ainda não foi claramente descrito na literatura. Tenho-o encontrado sobretudo em doentes que o experimentaram por causa de uma clivagem real dos seus objectos durante a primeira infância — como, por exemplo, entre a mãe e a avó, a mãe e a

tia, etc. A minha convicção é que, quando a clivagem tem origem nesta espécie de divisão, é experienciada como um processo passivo e tende a ter um significado patológico.» (*Dream-Life*, pág. 54).

É exactamente isto, mas descrito de uma outra maneira, que eu tenho pretendido afirmar quando falava da importância da irreversibilidade das relações familiares para a organização de uma relação com as figuras parentais que permitisse integrar os movimentos positivos e negativos, o amor e o ódio.

O movimento da minha reflexão é que era diferente, porque, estando logo à partida confrontado com crianças fora da sua família de origem, estava perante objectos clivados e procurava perceber como fazer para os reconstruir, tornando possível um processo evolutivo normal para essas crianças.

Seria interessante comentar a evolução destas ideias, a partir de um texto mais antigo do mesmo autor (1973), no livro *Sexual States of Mind* (pág. 90), mas o tempo não nos permite fazê-lo. Limite-me a transcrever duas pequenas frases:

«Para que possa processar-se o desenvolvimento da personalidade, a primitiva clivagem e idealização, descritas por M. Klein, devem realizar-se igualmente no sujeito e no objecto.»

Depois de algumas considerações sobre os problemas que podem apresentar-se, Meltzer conclui:

«De qualquer modo, o que surge no material analítico é a existência de uma parte do *self*, confundida em extensão variável, com uma parte má do objecto, que é hostil na sua atitude em relação à organização evolutiva primária das partes idealizadas do *self* e dos objectos idealizados, isto é, em relação à *família idealizada*.» (Meltzer, 1973, pág. 90).

A alusão ao nosso tema não podia ser mais clara.

Nas situações familiares normais, o facto de os pais e os filhos serem aqueles e não poderem ser outros, isto é, o não haver alternativa na realidade, conduz à vivência daquilo a que chamei a irreversibilidade das relações familiares. Procurava assim uma contraposição àquelas situações em que a existência na realidade de figuras duplas proporciona uma alternativa, ou seja, a reversibilidade de facto.

Esta provoca a clivagem passiva do *self* e a dificuldade de elaboração do conflito que, em circunstâncias normais, conduz à clivagem fantasmática do objecto em bom e mau, clivagem essa experienciada pelo sujeito como um processo activo e com um valor positivo no processo do seu desenvolvimento.

A vivência da irreversibilidade permite aos pais colocarem-se na continuidade da história fantasmática do filho, como uma totalidade, e não apenas num dos dois pólos resultantes da clivagem, o bom e o mau. Eles não são, assim, ou os pais bons ou os pais maus, mas são os pais, bons e maus.

Quando a figura do analista se vem integrar neste processo, ele deve também colocar-se na mesma continuidade da história do sujeito e das relações deste com os seus objectos internos, tal como são actualizadas nos vários movimentos da transferência. A unificação a que conduz a elaboração supõe, no entanto, da parte do analista, uma situação contratransferencial clara que permita ao filho-analítico reconhecer nessa figura paterna, primeiro alternadamente e depois simultaneamente, ou melhor, pós-ambivalentemente, as duas valências de um mesmo personagem.

Nas relações familiares reais, as coisas correrão tanto melhor quanto mais houver da parte dos pais essa disponibilidade interior para viver os dois aspectos, sem se identificar predominantemente com nenhum deles, devolvendo-os unificados e pensados. Transformados pela função alfa, como diria Bion. Só assim será possível a evolução para uma relação pós-ambivalente.

É exactamente esta capacidade que é posta à prova de uma maneira, em princípio, bastante mais exigente, naqueles pais que decidem adoptar uma criança. Eles sabem que, na realidade, o filho que receberam teve outros pais. Mas o que se joga no processo evolutivo tem sobretudo a ver com os pais fantasmáticos, os pais interiores, os pais da clivagem e idealização primitiva. É com esses que os filhos adoptivos, tal como os pais naturais de uma qualquer família, vão ter que se haver, se forem capazes de se colocar naquilo a que chamei a continuidade da história fantasmática do filho. Eles vão ser esses, alternadamente idealizados e atacados. Não ser responsabilizados por tudo, vão-lhes ser feitas enormes exigências e acusações, embora talvez não explícitas ou nem sempre explícitas.

A especial dificuldade estará em que é fácil cair no equívoco de endereçar todos esses movimentos afectivos difíceis de suportar aos pais reais. Aqui começaria um caminho acidentado, que é preciso evitar.

Para o bem ou para o mal, eles devem colocar-se como pais daquele filho, irreversivelmente, e assumir a capacidade de responder por tudo. Se conseguirem evitar identificar-se demasiadamente com essas projecções que sobre eles são feitas, irão a pouco e pouco, através da moderação da sua resposta, da coerência das suas atitudes, da estabilidade das suas emoções, da persistência, da paciência, da tolerância e da firmeza, irão a pouco e pouco, dizia, impondo a sua realidade, fazendo sentir que são diferentes do modo como são vistos, que aqueles sentimentos violentos não se lhes dirigem, são um drama interior, um sonho do passado de que se pode ir acordando para uma relação nova e melhor.

Mas, afinal, não é a um processo semelhante, embora porventura com menos intensidade — mas nem sempre, que o digam os pais de certos adolescentes —, que estão sujeitos todos os outros pais?

É evidente que as crianças adoptadas já

mais crescidas, tendo memórias pessoais de situações anteriores, podem pôr problemas específicos. E, no entanto, a atitude de fundo a observar é semelhante.

A sabedoria popular parece intuir qualquer coisa disto quando diz: «Mãe há só uma...» No princípio era o objecto estético, e o objecto estético era o seio, e o seio era o mundo... É uma história a que tem que ser dada continuidade, para permitir uma melhor integração psíquica.

Ainda à luz do que disse sobre a clivagem do objecto pode ser vista uma das dificuldades especiais que o divórcio dos pais traz à evolução dos filhos. A incompatibilidade que provoca a separação, tantas vezes manifestada em conflitos violentos e prolongados, leva a que o par parental não possa ser imaginado unido numa boa cena primitiva. A realidade do antagonismo impõe-se com a necessidade de escolher entre um bom e um mau, bloqueando o que seria o dinamismo normal da fantasia, para a orientar num sentido culpabilizante, como se a separação de facto fosse uma consequência directa do secreto desejo de separar os pais. E aquele que se afasta pode levar consigo uma parte do sujeito, difícil de recuperar.

O trabalho analítico deve conduzir a uma diminuição dos mecanismos de clivagem e idealização, e a uma ultrapassagem da excessiva ambivalência em relação ao objecto, que deixa de ser tratado ora como totalmente mau ora como totalmente bom, e passa a ser visto como um só, na sua totalidade, com as suas qualidades e defeitos. Passa a ser a pessoa de quem se gosta por determinadas razões e apesar de alguns aspectos menos agradáveis que podem mais facilmente ser suportados. O maior realismo na percepção do objecto traduz-se num funcionamento mais adequado e, portanto, mais compensador do ponto de vista do bem-estar e do prazer. A reciprocidade torna-se possível, porque os estados interiores do outro podem ser percebidos na sua verdade, e a troca de afectos surge como uma dinâmica preva-

lente, onde antes apenas existiam reivindicações unilaterais e prepotentes.

Conseguir este tipo de evolução é um dos trabalhos fundamentais, pelo menos naquelas análises em que a componente pré-genital e narcísica é mais acentuada.

Os primeiros tempos da relação analítica parece-me revestirem-se então de especial melindre, já que a procura do analista é quase sempre mais uma procura de uma longa série de procuras de «outras» pessoas que sejam finalmente o bom objecto sempre procurado e nunca encontrado. A idealização é excessiva e mesmo traiçoeiramente sedutora, podendo criar a ilusão de um bom começo. Ilusão apenas, porque a agressividade surgirá violenta com as inevitáveis frustrações inerentes ao processo analítico, e com o risco de ruptura, que prolongará a série das figuras procuradas e abandonadas.

Esta situação é especialmente insidiosa quando se trata de clientes com anteriores experiências analíticas ou psicoterapêuticas junto de outra pessoa, e que nos vêm procurar desiludidas, à espera de, finalmente, encontrar «o bom analista».

O analisando tentará levar insensivelmente o analista a desempenhar o papel do bom objecto idealizado, totalmente e sempre gratificante, à custa do forte contraste com os outros analistas, os «maus», para sempre expulsos para fora da área privilegiada do gabinete de análise. À custa, evidentemente, do próprio processo analítico, porque a condição deste bom entendimento é não analisar, não promover o *insight* nem pôr em causa as clivagens primitivas necessárias à manutenção do sentimento de onnipotência. Se tal acontece, analista e analisado entrarão numa espécie de «folie à deux», em que a onnipotência do analista se encontra reforçada pela projecção das suas partes más sobre os outros colegas, que não souberam ser o bom seio idealizado de que precisava aquele seu novo bebé para crescer bem e feliz. Ilusão apenas, repito, porque nada ou pouco se analisou de facto. Os maus estarão

sempre subentendidos, mas serão sempre os outros.

Para que isto não se verifique, é necessário que o analista não se deixe enganar com aquela missão grandiosa de salvador único com que o cliente o quer seduzir. O analista tem que poder aceitar as projecções mortíferas e as reivindicações prepotentes que se lhe dirigem, isto é, aceitar ter também as suas partes más, que possam ser integradas com as boas para construir uma pessoa viável e real, capaz de um investimento afectivo e da organização de uma relação de nível genital.

Deverá, pois, estar à escuta dos mais pequenos sinais de descontentamento, para os captar e devolver «pensados» e «pensáveis» numa interpretação, quando tal lhe parecer oportuno. Para si próprio, deverá ter uma posição muito clara, em que recusará pôr-se em contraposição com os anteriores objectos do cliente, isto é, os maus analistas, sendo ele o bom. Para lhe poder fazer compreender os aspectos patológicos das suas projecções, deverá decididamente aceitar colocar-se na continuidade da história fantasmática do paciente, deixando-o mais uma vez exteriorizar a cena da sua vida interior e não apresentar-se como qualquer coisa de novo e único que finalmente tivesse surgido por um passe de mágica. História em repetição que o autêntico trabalho analítico irá permitir viver de maneira diferente, para que deixe de repetir-se e possam finalmente acontecer coisas novas. Falando de outro modo, poderá dizer-se que, para que seja possível a constituição de um bom objecto interior, suficientemente estável e protector, é necessário ter-se podido viver de forma clara o descontentamento com o mesmo objecto, que se mostra capaz de o suportar sem se deixar destruir, isto é, sem se desorganizar como bom objecto, mas mantendo-se capaz de continuar as suas funções específicas. À medida que vai perdendo a qualidade de excessiva idealização e aparecendo na sua realidade, torna-se muito mais estável e coerente, acessível para uma troca de afectos

reais e não para apenas reflectir idealizações recíprocas.

Deve ser também o que vai sucedendo à medida que progride o processo maturativo. O filho é capaz de ver os pais com mais objectiva serenidade, já sem os entusiasmos excessivos que alimentavam uma posição de dependência e a imitação, nem a violência intransigente de certas contestações. Dialoga com eles com maior proximidade, sem medo que aquilo que possa ainda ter a receber venha a diminuir a sua autonomia. É ainda o que se verifica quando o processo analítico se aproxima do fim. O contacto do analisando com a realidade do analista torna-se muito mais autêntico e, portanto, muito mais satisfatório para ambas as partes. Desapareceram os grandes entusiasmos que, no entanto, estavam sempre ameaçados, porque exigiam para se manter a correspondência sem falha às idealizações activas no momento. Desapareceram as tensões inesperadas e a inquietação de que elas pudessem

reaparecer de maneira quase inexplicável. E tudo isso deu lugar a uma relação serena que se mantém. O analisado, embora sem conhecer as circunstâncias concretas da vida do analista, conhece-o de facto como pessoa, interiorizou a sua função analítica e sente que pode funcionar bem, autonomamente, isto é, podem separar-se sem conflito. Podem separar-se sem se perderem, mesmo que não voltem a encontrar-se.

BIBLIOGRAFIA

- FREUD, S. (1909). *Family Romances*, S.E., IX, pp. 237-241.
- RANK, O. (1908). *Le Mythe de la Naissance du Héros*, 1983, Paris: Payot.
- MELTZER, D. (1986) — *Studies in Extended Metapsychology*, Clunie Press.
- KLEIN, M. (1957) — *Envie et Gratitude*, Paris: Gallimard.
- MELTZER, D. (1984) — *Dream Life*, Clunie Press.
- MELTZER, D. (1973) — *Sexual States of Mind*, Clunie Press.